

## **RELIGIÃO E POLÍTICA: APONTAMENTOS PARA UM DEBATE**

*Rodrigo Augusto Leão Camilo<sup>1</sup>*

**RESUMO:** A presente comunicação tem o intuito de analisar a atuação de religiosos no campo político brasileiro. A instituição de uma Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Brasileiro e sua atuação – muitas vezes conservadora – gera críticas não só dos adversários políticos dos evangélicos como de setores da sociedade que pregam a laicidade do Estado Brasileiro e a não atuação de religiosos na política. Este trabalho irá abordar a atuação de religiosos envolvidos com a Teologia da Libertação que durante o Regime Militar no Brasil teve papel atuante na contestação desse regime para defender a tese de que, com o processo de contenção da Teologia da Libertação realizado pelo Vaticano, e o gradual distanciamento dos religiosos com a política – especialmente a partidária –, a presença de religiosos na política ganhou destaque com o fortalecimento dos evangélicos da política brasileira, presença essa que vem gerando polêmica em diversos segmentos da sociedade de nosso país.

**Palavras-chave:** religião, política, Teologia da Libertação, pentecostais

### **Introdução**

A atuação de religiosos na história da política brasileira sempre foi constante e imbuída de grande peso nas questões mais delicadas e salientes da sociedade brasileira. Desde a denominada pelos historiadores “questão religiosa”, quando em virtude das relações de Dom Pedro II com a maçonaria e os conflitos com a Igreja Católica que desgastaram sua imagem, passando pelos movimentos messiânicos que ajudaram a convulsionar a política brasileira durante a Primeira República e até durante a Era Vargas quando os líderes católicos conseguiram impor a obrigatoriedade do ensino religioso e vetar o divórcio, a influência da religião sobre as questões políticas aqui no Brasil é determinante.

Neste artigo que embasa nossa comunicação, pretendemos focar a história mais recente da relação entre religião e política: vamos fazer comentários sobre o envolvimento de religiosos ligados à Teologia da Libertação durante o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e a atual ação dos religiosos da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional. O objetivo será, pois, adentrar no debate sobre a pertinência da atuação de religiosos e traçar um paralelo entre esses modelos de se fazer política para podermos fundamentar nossa opinião de que os religiosos – como qualquer segmento da sociedade – possui direito de participar dos principais debates acerca da política brasileira, mas que, em

---

1           Doutorando em Sociologia pela UFG – Universidade Federal de Goiás. E-mail: rodrigoalc79@hotmail.com.

virtude de seu peso histórico e social, devem estar pautados por uma linha de ação bem definida e comprometida com a realidade social brasileira.

### **Ditadura e política: a TL e a oposição ao regime**

Com o endurecimento do regime militar a partir do governo Costa e Silva em 1966 e o aumento dos oficiais “linha dura” no exército, surgiu um conflito entre a ideia de justiça social da Igreja e de subversão do Estado militar brasileiro. Por um lado, na visão dos militares, os religiosos não entendiam o momento que o Brasil estava vivendo, com a influência de comunistas no país e, com isso, prejudicava o desenvolvimento do país. Por outro lado, a situação política e econômica brasileira era responsabilizada pelos religiosos mais atuantes como a causa da pobreza e miséria de boa parte da população, fato que os governos militares não conseguiam solucionar. Assim, os religiosos partiam em defesa dos oprimidos, o que faziam dos religiosos subversivos e alvos de repressão por parte dos militares, situação que dava mais determinação à ação dos religiosos, criando um espiral de desentendimentos que explica as tensões entre Estado-Igreja no Brasil.

Foi nesse contexto que ganhou força o movimento da Teologia da Libertação, especialmente a partir da década de 1970. Partimos da tese de que o fortalecimento da TL nesse período foi uma confluência de fatores internos e externos relativos à Igreja Católica; dos fatores internos podemos destacar, entre outros a reorganização pela qual a Igreja dos católicos passou a partir da década de 1960, com a realização do Concílio Vaticano II e a reunião do CELAM de 1968 em Medellín. O primeiro foi uma proposta surgida no seio da IC para se abrir para a realidade do mundo, se aproximar dos seus fiéis e um incentivo a uma ação pastoral mais direta. Já o encontro de bispos na Colômbia foi uma tentativa de se pensar a Igreja no contexto de opressão da América Latina e de quais seriam as prioridades de sua ação pastoral. Sobre esse contexto o teólogo peruano Gustavo Gutiérrez opina:

O Vaticano II fala do subdesenvolvimento dos povos a partir dos países desenvolvidos e em função do que estes podem e devem fazer por aqueles; Medellín procura ver o problema partindo dos países pobres; por isso os define como povos submetidos a um novo tipo de colonialismo. O Vaticano II fala de uma Igreja no mundo e descreve-a tendendo a suavizar conflitos; Medellín comprova que o mundo em que a Igreja latino-americana deve estar presente encontra-se em pleno processo revolucionário. O Vaticano II dá as grandes linhas de uma renovação da Igreja; Medellín dá a pauta para a transformação da Igreja em função de sua presença em um continente de miséria e injustiça (GUTIÉRREZ, 2000, p. 187).

Já os fatores externos dizem respeito ao contexto político latino- americano da época pautado pela emergência dos regimes militares e sua opressão, bem como as lutas sociais contra essa realidade. Motivados pelo novo contexto da Igreja e indignados com a realidade social da América Latina, diversos religiosos assumiram a luta política como sua bandeira, pois eles pensavam que os religiosos não poderiam se omitir em:

Um novo período histórico abria-se na América Latina, caracterizado pela intensificação das lutas sociais, o aparecimento dos movimentos guerrilheiros, uma sucessão de golpes militares e uma crise de legitimidade do sistema político (LÖWY, 2000, p. 70).

Foi assim que religiosos se insurgiram contra essa situação e atuaram com firmeza em favor dos que eram oprimidos. Podemos para exemplificar essa atuação de religiosos envolvidos com a Teologia da Libertação com o contexto político no exemplo de Pedro Casaldáliga e as ações da Prelazia de São Félix do Araguaia durante o seu bispado (1971-2005). Em um contexto de instalação de grandes empresas agropecuárias na região do nordeste mato-grossense incentivadas pelo projeto de desenvolvimento econômicos pensado pelos militares, a atuação dos religiosos da Prelazia em favor dos indígenas e dos posseiros violentamente afetados por essas grandes empresas foi decisiva para reduzir o drama social que tomou conta daquela região.

O que houve foi que a atividade missionária causava grandes problemas à tentativa das autoridades de impor a “ordem” na região. A conduta dos padres e a teologia que abraçavam eram totalmente rechaçadas pelos defensores do sistema implantado pelos militares no Brasil. Tarcísio Padilha, de uma família ultraconservadora ligada aos militares no poder, ao criticar os elementos subversivos no Brasil, criticava a “teologia da violência” e a ‘participação de religiosos em movimentos subversivos” (SERBIN, 2001, p.29). No nordeste do Mato Grosso, aconteceu uma situação em que a ação do Estado e dos latifundiários contra os posseiros causava a mobilização dos religiosos em favor destes contra aqueles. Essa defesa fazia com que o Estado e as grandes empresas tratassem os religiosos como inimigos, aumentando a desconfiança e o controle sobre eles.

Assim foi que em nível local, a atuação dos religiosos da Prelazia de São Félix do Araguaia foi decisiva para poder organizar e defender a população que estava em luta desigual contra a força do Estado militar que impunha seu plano de desenvolvimento econômico para a região – utilizando frequentemente a força – e as empresas agropecuárias e seus jagunços e advogados para defendê-las. Em nível nacional, a atuação dos religiosos foi uma das causas que levaram ao fim o regime dos militares com sua sistemática denúncia dos abusos dos

direitos humanos que eram cometidos e negociando para o abrandamento do regime. Indubitavelmente – em que pese que a Ditadura foi um período atípico na história do Brasil – esse modelo de atuação política se mostrou importante e saudável para as instituições democráticas de nosso país.

### **O contexto atual: a emergência dos evangélicos na política**

As perseguições sofridas pelos religiosos envolvidos com a Teologia da Libertação devido às críticas por sua militância política foram intensas. Vários religiosos foram afastados de sua posição dentro de sua Igreja, como o espanhol Jon Sobrino em El Salvador e Leonardo Boff no Brasil, os quais sofreram por parte do Vaticano um “silêncio obsequioso”, ou seja, sendo impedidos de se manifestarem publicamente sobre assuntos da teologia católica.

O brasileiro, aliás, largou a batina em 1991 e tornou-se leigo. Contudo, essa atitude não fez com que ele abandonasse seus preceitos políticos. Leonardo Boff continuou a pensar como deveria ser a atuação da Teologia da Libertação no atual momento político, econômico e cultural. Perdeu ênfase o caráter radical da política, com a redução da atividade de religiosos em partidos políticos ou em grupos de esquerda com a atuação pastoral tendo como foco novos atores sociais. Leonardo Boff a esse respeito diz que:

Sem entrar em detalhes, surgiram várias tendências dentro da mesma e única Teologia da Libertação: a feminista, a indígena, a negra, a das religiões, a da cultura, a da história e da ecologia. Logicamente, cada tendência se deu ao trabalho de conhecer de forma crítica e científica seu objeto, para poder retamente avaliá-lo e atuar sobre ele de forma libertadora à luz da fé<sup>iii</sup>

A volta da democracia, bandeira empunhada com muito empenho pelos religiosos da Teologia da Libertação, paradoxalmente, não significou um envolvimento efetivo com a política. Na verdade a tônica foi contrária, ou seja, um afastamento da política partidária e a procura de novos palcos onde se fazer política.

Entretanto, a política realizada por partidos no Executivo, mas, essencialmente, no Legislativo não ficou desprovido de pessoas envolvidas com a religião. Paul Freston afirma que já nas primeiras eleições livre para um candidato civil à Presidência da República em 1989 os evangélicos já se faziam notar. Ainda com o ranço do discurso “marxista” do PT e com a visão de o então candidato Collor fosse mais “temente a Deus”, os evangélicos, segundo

cálculos de Freston, ofereceram mais de 4 milhões e meio de voto ao candidato do PRN do que a Lula do PT. De acordo com Freston, isso foi devido aos seguintes fatores:

- 1) Se apresentava como oposição ao governo Sarney; 2) Podia ser plausivelmente representado como “temente a Deus”; e 3) explorava o tema da combate à corrupção, tema político de cunho moral e, por isso, facilmente compreendido mesmo pelo evangélico não-politizado<sup>iii</sup> (FRESTON, 2006, p. 96

A participação de religiosos pentecostais na religião não parou de crescer, inclusive com a candidatura de um político declaradamente representante dos interesses evangélicos, – o carioca Anthony Garotinho. Nos últimos 20 anos, pois, a presença de religiosos pentecostais na política devido à polêmica de muitas de suas ações tem sido alvo de diversas opiniões: alguns justificando-a, outros opondo-se completamente. Antes de concluir com nossa opinião sobre o debate, se faz mister oferecer alguns elementos sociológicos em relação à atuação de evangélicos na política brasileira.

O político evangélico uma vez sendo eleito a um cargo legislativo tem a tendência de fortificar o seu comprometimento com suas bases eleitorais, resultando em uma atuação conservadora nas questões tratadas e com uma defesa das igrejas com as quais possuem vínculos. Paul Freston (2006 pp.11-2) constrói dois tipos de atuação dos evangélicos na política: o institucional, com as determinações evangélicas apoiando a entrada de seus religiosos no campo político-partidário (muitas vezes financeiramente falando) para a defesa de seus interesses, como a Igreja Universal do Reino de Deus; há também o tipo autogerado, quando um indivíduo considera-se em uma “missão dada por Deus” seu envolvimento com a política, mas que, uma vez eleito, afasta-se dos interesses sociais de seus eleitores e estabelece uma agenda que satisfaz apenas aos seus próprios interesses.

Com a formação de uma bancada no Congresso representando os interesses dos muitos evangélicos na política, o senso comum pode afirmar que eles atuam em uma completa harmonia. Na realidade, as diferenças regionais, as ambições pessoais de cada político e a concorrência entre as diversas denominações pentecostais fazem com que não exista uma agenda uniforme entre esses políticos. Naturalmente, também seria equivocado falar em desunião, visto que esses políticos conseguem muitas vezes se unirem em temas que são de interesses comuns, como sobre a religião e, acima de tudo, assuntos relativos à “moral humana”. Por conseguinte, quando se fala em legalização do aborto, o casamento homoafetivo, entre outros, esses religiosos se agrupam para tratar esse tema conforme suas concepções religiosas. O sociólogo Ricardo Mariano contextualiza:

Nas duas últimas décadas, deputados e senadores pentecostais dedicaram-se à defesa intransigente de seus interesses corporativos e de uma moralidade cristã estrita. O que se comprova com sua intervenção nas votações, nas políticas públicas e nos debates legislativos relacionados às propostas de descriminalização do aborto e do consumo de drogas, à união civil de homossexuais, aos direitos humanos e sexuais, às tecnologias reprodutivas, à clonagem humana, ao uso de células embrionárias em pesquisas científicas, ao ensino religioso nas escolas públicas, à reforma política (MARIANO, 2005).

## **Conclusão**

A partir do exposto, a presença do pastor Marcos Feliciano à frente da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados não surpreende. Surpreende menos ainda sua posição determinada contra a legalização do aborto ou sua aberta oposição a políticas públicas que venham favorecer a parcela GLBT brasileira. Em recente declaração ao Estado de São Paulo<sup>iv</sup>, o Deputado João Campos (PSDB-GO), líder da Frente Parlamentar Evangélica, espera um crescimento de 30% no número de políticos para sua bancada nas próximas eleições. Ou seja, a tendência é que a atuação dos evangélicos na política continue a gerar polêmicas e discussões.

O atual modelo de atuação de religiosos na política dá razão aos que dizem que “o Brasil é um país laico e, assim, religiosos deveriam se abster da política”? Pensamos que não. A atuação política de religiosos contrários à realidade imposta pela ditadura dos militares mostra que a religião e sua grande influência<sup>v</sup> que exerce no Brasil pode contribuir com a democracia e a igualdade para a população. Em uma sociedade plural como a nossa, todos os segmentos que a compõem devem ter garantidos e serem estimulados para uma efetiva participação política, seja nas esferas oficiais da política, seja na vida política cotidiana.

A questão que se coloca é quais posições vão ser defendidas pelos religiosos na política e não sua participação. Assim como a sociedade, os grupos religiosos no Brasil são complexos e plurais – inclusive meio às suas próprias instituições –, devendo estar a população atenta às propostas e ideias defendidas por esses políticos. Paul Freston ilustra nossa tese:

A questão não é mais se a igreja brasileira terá ou não uma presença política; é a questão de *como será* essa presença. Está na hora daqueles que não se conformam com a tendência dominante (fisiológica, triunfalista e conservadora) agirem de forma mais coordenada e ousada (FRESTON, 2006, pp. 107-8, grifos do autor).

Freston, com essa declaração, pensa tendo como ênfase a realidade dos pentecostais na política, mas podemos estender tal colocação aos diversos grupos religiosos que tenham

influência na sociedade e que vejam a política – especialmente a partidária – como campo válido para a sua atuação. Afinal de contas, o atual cenário político brasileiro, com todos os seus problemas, não deve ser restringido, mas sim aberto àqueles que estejam dispostos a oxigenar o atual contexto e fortalecer a democracia brasileira.

## Referências Bibliográficas

BOFF, Leonardo. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1998

\_\_\_\_\_. *Ecologia, mundialização, espiritualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: perspectivas*. São Paulo: Loyola, 2000.

MARIANO, Ricardo. Pentecostais e política no Brasil. Disponível em: <[http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/13\\_impr.shtml](http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/13_impr.shtml)>. Acesso em: 18 de out de 2012.

MARTINS, Edilson. *Nós do Araguaia*: Dom Pedro Casaldáliga, bispo da teimosia e liberdade. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra*: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. tradução: Carlos Eduardo de Lins da Silva. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

568

---

i Declaração retirada do artigo de Leonardo Boff em seu blog denominado “Quarenta anos da Teologia da Libertação”. Disponível em: <<http://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao>>. Acesso em: 15 de agosto de 2012.

ii

iii Vale sublinhar que Paul Freston destaca ainda que além desses motivos em favor de Fernando Collor, houve também por parte dos evangélicos uma forte rejeição a Lula. Esse rejeição se explica pelo fato de que o candidato do PT era visto como comprometido com o marxismo ateu e também – de acordo com Freston – que à época dessa eleição correu um boato de que Lula se aliaria com os católicos progressistas para “persegui-rem” os evangélicos.

iv Reprodução disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,evangelicos-projetam-aumento-de-30-da-bancada-na-eleicao-do-ano-que-vem,1112414,0.htm>. Acesso em 13 de fevereiro de 2013.

v De acordo com estatísticas do último Censo do IBGE, 8% dos brasileiros se declaram ateus ou sem religião.